

ANEXO B · MATRIZ DOCUMENTAL PARA ANÁLISE DE RPPS, CTC E CONTAGEM RECÍPROCA

Anexo B · Matriz documental para análise de RPPS, CTC e contagem recíproca

A documentação deve permitir reconstruir a sequência jurídica do vínculo. A ausência de um documento pode bloquear apenas uma parte da análise; registre o bloqueio em vez de preencher a lacuna por presunção.

Bloco	Documentos/dados a localizar	O que a conferência pretende responder
Identidade do vínculo	ato de nomeação, termo de posse, data de exercício, ficha funcional, cargo, carreira, órgão, Poder	qual vínculo gerou filiação e qual é a data de ingresso relevante
Mudanças de cargo	exoneração/vacância, nova posse, exercício, redistribuição ou transformação, intervalos	houve continuidade apta a preservar marco de ingresso ou existe ruptura a examinar
Regime previdenciário	lei do ente, ato de instituição do RPPS, unidade gestora, histórico cadastral	o período pertence ao RPPS, ao RGPS ou a regime específico
Direito adquirido/transição	datas de idade, contribuição, serviço público, carreira e cargo no marco da reforma	qual regra pode ser testada sem misturar requisitos
Previdência complementar	data de ingresso, cadastro de inscrição automática quando aplicável, eventual pedido de cancelamento e sua data, termo de opção/migração	o teto do RGPS limita contribuição/benefício, houve inscrição automática, cancelamento dentro de 90 dias ou outra opção relevante e existe benefício especial ou plano complementar a considerar
CTC emitida	certidão completa, discriminação de períodos, remunerações quando exigidas, destino, revisões/cancelamentos	o regime de origem certificou tempo juridicamente próprio e a certidão pode ser usada pelo destino
CTC recebida/averbação	protocolo no regime de destino, despacho de averbação, mapa de tempo, homologação quando exigida	o período foi efetivamente incorporado ao histórico do RPPS de destino
Concomitância	vínculos paralelos, bases contributivas, certidões e benefícios já concedidos	há tempo simultâneo ou já utilizado que impeça nova contagem
Compensação previdenciária	identificação dos regimes de origem/instituidor, requerimentos Comprev, exigências institucionais	a compensação é relação entre regimes e não parcela a ser requerida pelo segurado
Cálculo	bases contributivas, remuneração do cargo, parcelas incorporáveis, memória de média, coeficiente	qual fórmula pertence ao fundamento jurídico escolhido
Reajuste	fundamento do benefício, regra de paridade ou índice aplicável	como o benefício será reajustado depois da concessão
Fonte local	Constituição/Lei Orgânica, lei do RPPS, leis de reforma, atos específicos de categoria	Estado ou Município possui regra própria recuperada e vigente

Regra de arquivo: guarde a fonte normativa junto da memória documental. Para cada conclusão, registre ente, dispositivo, data-base e documento que prova o fato individual correspondente.